

pelo Despacho n.º 10 853/2009, publicado no *Diário da República* n.º 82 (2.ª Série), de 28 de Abril de 2009, do Tenente-General, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, subdelego no Comandante da Companhia de Transportes e Manutenção da Unidade de Apoio Geral do Comando da Administração dos Recursos Internos, Capitão de Cavalaria — Tiago Alexandre Luzio Pires Duarte, as competências relativas ao seguinte acto:

a) Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais;

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de advocação e superintendência.

13 de Agosto de 2009. — O Comandante, *José António Madeira da Palma*, tenente-coronel de AM.

202217872

Despacho n.º 19686/2009**Subdelegação de competências**

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 10 853/2009, publicado no *Diário da República* n.º 82 (2.ª Série), de 28 de Abril de 2009, do Tenente-General, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, subdelego no 2.º Comandante da Unidade de Apoio Geral do Comando da Administração dos Recursos Internos, Major de Infantaria — Rui Lopes Baltazar, as competências relativas aos seguintes actos:

a) Autorizar as despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho, bem como praticar os demais actos decisórios previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, até ao limite de € 2.500;

b) Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais;

c) Autorizar o abono a dinheiro da alimentação por conta do Estado ao pessoal, militar e civil, que a ela tiver direito, quando não for possível por razões operacionais, o fornecimento de alimentação em espécie, ou as condições de saúde, devidamente comprovadas, aconselhem tratamento dietético especial, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 271/77, de 2 de Julho;

d) Analisar, instruir e decidir requerimentos e reclamações que me sejam dirigidos relacionados com as competências, ora delegadas.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de advocação e superintendência.

13 de Agosto de 2009. — O Comandante, *José António Madeira da Palma*, tenente-coronel de AM.

202217175

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Secretário de Estado da Justiça****Despacho n.º 19687/2009**

O n.º 2 do despacho n.º 924/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 18 de Janeiro de 2007, passa a ter a seguinte redacção:

«2 — Designo o adjunto do meu Gabinete licenciado Pedro Jorge Gonçalves Pereira de Almeida Cabral para substituir o chefe do meu Gabinete nas suas ausências e impedimentos.»

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 27 de Julho de 2009.

13 de Agosto de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

202218503

Centro de Estudos Judiciários**Despacho (extracto) n.º 19688/2009**

Por despacho do Ministro da Justiça de 13 de Agosto de 2009:

Licenciado Luís Filipe Pires de Sousa, Juiz de Direito — nomeado em regime de acumulação, pelo período de três anos, para exercer as

funções de docente do Centro de Estudos Judiciários, a tempo parcial, nos termos dos n.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 do artigo 80.º da Lei n.º 2/2008 de 14 de Janeiro, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2009.

20 de Agosto de 2009. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, *José António Branco*.

202218658

Despacho (extracto) n.º 19689/2009

Por despacho do Ministro da Justiça de 17 de Agosto de 2009:

Licenciada Maria Manuela Melo Duarte Nunes Pires Cardoso, Procuradora da República, nomeada em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de docente do Centro de Estudos Judiciários, a tempo integral, nos termos dos n.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 do artigo 80.º da Lei n.º 2/2008 de 14 de Janeiro, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2009. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

20 de Agosto de 2009. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, *José António Branco*.

202218706

Despacho (extracto) n.º 19690/2009

Por despacho do Ministro da Justiça de 13 de Agosto de 2009:

Licenciada Maria João Marques Pinto de Matos, Juíza de Direito, — nomeada em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer as funções de docente do Centro de Estudos Judiciários, a tempo integral, nos termos dos n.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 do artigo 80.º da Lei n.º 2/2008 de 14 de Janeiro, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2009.

20 de Agosto de 2009. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, *José António Branco*.

202218722

Despacho (extracto) n.º 19691/2009

Por despacho do Ministro da Justiça de 13 de Agosto de 2009:

Licenciados Luis Filipe Brites Lameiras, Juiz de Direito, e Helena Isabel Ribeiro Carmelo Dias Bolieiro, Juíza de Direito, — renovada a comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercerem as funções de docentes do Centro de Estudos Judiciários, a tempo integral, nos termos dos n.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 do artigo 80.º da Lei n.º 2/2008 de 14 de Janeiro, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2009. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

20 de Agosto de 2009. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, *José António Branco*.

202218674

Polícia Judiciária**Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas****Aviso n.º 15133/2009****Concurso externo de ingresso para provimento de 1 lugar de especialista superior estagiário, para o Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária — Área de Balística**

Nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para efeitos do disposto nos artigos 166.º a 175.º do Código do Procedimento Administrativo, faz-se publico que a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para provimento de 1 lugar de especialista superior estagiário, para o LPC — Área de Balística, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116 de 18 de Junho de 2008, devidamente homologada por despacho de 20/08/2009 do Exmo. Senhor Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo, será afixada, a partir da data da publicação do presente aviso, no seguinte serviço e local:

Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 43.º, conjugado com a alínea b) do artigo 44.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, para, caso queiram, interpor recurso hierárquico, com efeitos suspensivos, para SS. Ex.ª o Ministro da Justiça.

O processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, nos dias normais de expediente (das 09 às 12 e das 14 às 17 horas), na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, sita no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

20 de Agosto de 2009. — Pela Directora da Unidade, o Chefe de Área, *António Barbosa*.

202218277